



ALDEIA RUSSA, DE LASAR SEGALL, ACERVO DO MNBA/RJ

Salário mínimo versus Dignidade

O desempenho do mercado de trabalho no Brasil, cuja trajetória foi desastrosa na década de 90 e a relevância do salário mínimo que em 10 anos perdeu 36,2% do seu poder aquisitivo são os temas analisados em artigos de Jorge Mattoso e Marcio Pochmann.

páginas 08 e 09

ARTIGO

O Sistema de Bretton Woods em cheque, por Adhemar S. Mineiro

ARTIGO

O BNDES e o FMI, por Affonso Guerreiro de Oliveira, José Clemente de Oliveira, Sebastião Soares

ARTIGO

Gestão por resultado para incentivo à pesquisa, por Marcelino José Jorge e Tathiany Rodrigues Moreira

LIVRO

"A vida acima da dívida", - Tribunal da Dívida Externa, por D. Demétrio Valentini

RESENHA

O Futuro e a Esperança - Uma resenha de "Estratégia de Longo Prazo para o Brasil", por Luiz Carlos Delorme Prado

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.
Conselheiros Suplentes: Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Um dos principais resultados da política econômica do governo tem sido a venda do patrimônio público, com a perspectiva de integrar o país é um sistema internacional, onde o predomínio da corrente neoliberal impõe a aceitação passiva de regras uniformes de desregulamentação, reestruturação e livre mobilidade de capitais e de abertura comercial. Em suma, o predomínio de um pensamento único em matéria de política econômica, fortemente associado aos interesses do capital financeiro. Trata-se de adaptar a economia e a sociedade às exigências do capital internacional que impulsiona a globalização.

A especificidade desse "novo processo" de modernização, e as mazelas a que está submetida a sociedade brasileira, encontra fundamento no acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI e o memorando técnico a ele vincu-

lado, que apresenta no item 18 fortes recomendações para remodelar a missão ou mesmo privatizar as ações das principais instituições financeiras públicas, voltados para o financiamento do nosso desenvolvimento – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB e Banco da Amazônia.

O artigo assinado por conselheiros e ex-Diretores do BNDES e publicado no Jornal dos Economistas, analisa os fundamentos e as conseqüências da implementação dos pressupostos do memorando técnico de 08/03/99.

A abertura financeira protagonizada até a presente data não conseguiu produzir os efeitos desejados, sendo necessário identificar novas formas de liberalização, aumentando a intensidade e ritmo de exposição da economia brasileira aos interesses do capital financeiro internacional, num movimento de neocolonização.

As consultoras que concorreram a licitação organizada pelo Comitê

de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais – COMIHF, são todas internacionais e as decisões estão sendo conduzidas sem a mínima transparência ou informação a sociedade dos objetivos estratégicos a serem alcançados. Quer no Congresso Nacional, quer na grande imprensa o assunto passa despercebido.

A acumulação desses compromissos torna nossa economia mais vulnerável ao "humor" dos mercados globalizados, fragilizando nossa capacidade de superar as dificuldades de um crescimento sustentado.

Não reconhecer o papel estratégico que jogam essas instituições para a economia brasileira, e ao mesmo tempo privar a sociedade de um debate aberto, acelera a dissolução dos centros internos de decisão. É chegada a hora de fomentar o sentimento de superação da situação de dependência que nos tem sido impostos.

COBRANÇA DO ISS

Os profissionais liberais foram surpreendidos com a alteração da legislação tributária - ISS no final do ano passado passando de 75,24 UFIR trimestrais para 50,00 UFIR mensais.

Os conselhos do Rio de Janeiro se mobilizaram, com participação destacada do CORECON-RJ, e conseguiram reverter essa situação. Em 4 de maio do corrente a Câmara Municipal do RJ publicou a Lei nº 3.018 de 27 de abril de 2000 que revogou àquela majoração.

Portanto, só está faltando resolver a situação dos que pagaram o imposto este ano até a publicação da nova lei.

CAPA/ARTE

OSWALDO GOELDI, nasce em 1895 no Rio de Janeiro. Ainda pequeno muda-se com a família para Belém do Pará. Viaja para a Suíça, onde recebe sua formação na Escola Politécnica de Zurique, em 1915. Em 1917 abandona a Politécnica e passa a estudar na Escola de Artes e Ofícios de Genebra. Volta ao Brasil em 1919. Suas primeiras gravuras, datam de 1924 e, através da xilogravura, técnica que utilizou com maestria, realizou sua obra astística. Torna-se ilustrador das obras de Dostoiévski e de Poe. Entre os autores nacionais, ilustra Raul Bopp e Cassiano Ricardo. Dá aulas de gravura na Escolinha de Arte do Brasil e na Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1951 recebe o Primeiro Prêmio na I Bienal de São Paulo. Também em 1951 representou o Brasil na Bienal de Veneza. Expõe na Suíça e na Alemanha em 1954 e 1956. Em 1960 recebe o Primeiro Prêmio na II Bienal Americana do México. Falece no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1961, numa quarta-feira de cinzas.

Na capa, reproduzimos a ilustração para *Humilhados e Ofendidos*, de Dostoiévski, xilogravura com área impressa de 18 x 12,3 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Dias.

O Sistema de Bretton Woods em cheque

Os grandes funcionários da burocracia do FMI e do Banco Mundial estavam visivelmente assustados. Nas entrevistas televisivas, eram curtos e evasivos. Alguns, como o presidente do BIRD, James Wolfensohn, declaravam-se incompreendidos em suas ações, no que julgavam ser uma estratégia clara de combate à pobreza e de defesa do meio-ambiente. Outros, como o diretor-geral do Fundo Monetário Internacional que chegava, o alemão Horst Köhler, ou o que saía, o francês Michel Camdessus, quando apareciam na mídia, eram bastante econômicos em declarações públicas, preocupados em não melindrar ainda mais os norte-americanos, que haviam questionado (embora de forma discreta, todos os conhecedores da forma cifrada como se move a diplomacia, especialmente a diplomacia financeira, acusaram o recebimento da mensagem) a eterna presença de europeus à frente do FMI. Apenas o economista-chefe do FMI, Stanley Fischer, mantinha o roteiro tradicional dos altos funcionários daquelas instituições em suas aparições de mídia ao longo do encontro semestral conjunto do FMI e Banco Mundial, aquele misto de ar de tédio com fala arrogante, e o velho conteúdo: nós temos a verdade e a sabedoria, e algum dia todos compreenderão e alguns aceitarão isso. E aí é que parecia residir o problema – no “todos”. Pois o que se viu naqueles dois dias em Washington, capital norte-americana, foi um questionamento geral sobre as ações, o papel, os estudos, a política e o funcionamento daquelas agências financeiras.

A começar pela imprensa. Na imprensa local de Washington, os protestos de rua contra o FMI e o Banco Mundial e a figura sempre

presente em entrevistas do chefe de polícia da cidade (explicando, obviamente, as medidas de “garantia da ordem e do direito de manifestação”, eufemismo para a ativa repressão aos que protestavam nas ruas) dividiam espaços com a onipresente previsão do tempo e as notícias relativas ao menino cubano Elián González, retido nos EUA por ações judiciais do setor familiar que migrou para Miami, e por isso impedido de retornar a Cuba com seu pai (no final da semana do encontro, uma ação da agência de migração dos EUA devolveu o menino ao pai, embora mantendo a necessidade de ficar nos EUA enquanto persistirem demandas judiciais não-resolvidas). Nas grandes redes de TV, o noticiário se centrava nos enfrentamentos de críticos das ações do FMI e BIRD, com a polícia nas ruas de Washington e nas propostas de reformulação da ação das agências apresentadas quer pela Secretaria do Tesouro dos governos norte-americanos, quer pelo Senado dos EUA, através do relatório da chamada Comissão Meltzer (homenagem ao Prof. Allan Meltzer, da Carnegie Mellon University, que encabeçou a comissão técnica organizada pelo Senado norte-americano). Esse último também era o tom dos grandes jornais que pautam a imprensa norte-americana, como *The New York Times* ou *The Washington Post*, que ainda acrescentavam informação sobre o estrago social e ambiental causado pelas famosas políticas de ajuste estrutural “receitadas” por FMI e Banco Mundial. O tom crítico era tamanho que a revista *Time* seguinte aos eventos saiu com reportagem sob o título “The IMF: Dr. Death?” (“O FMI: Dr. Morte?”), e esse foi o mesmo diapasão de *The Economist*, e outros órgãos de imprensa.

Nas ruas, uma enorme manifes-

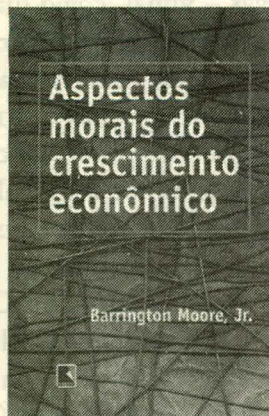
tação pacífica no domingo, dia 16, com direito a reunião, discursos e música em uma praça conhecida como The Ellipse, localizada logo atrás da Casa Branca, entre a sede do Executivo Federal norte-americano e o obelisco, além de passeatas ao longo da segunda-feira. No domingo, da praça saiu uma passeata (com cerca de 30 mil pessoas) que percorreu as áreas do Centro da capital norte-americana mais próximas das sedes do FMI e do Banco Mundial que não estavam interditadas pela polícia. Estas atividades foram organizadas por uma grande coalizão envolvendo organismos de solidariedade e apoio aos povos do chamado Terceiro Mundo, movimentos religiosos, organizações sindicais, ecologistas, organizações estudantis e organismos dos mais variados matizes e representativos dos mais variados setores e países (uma ampla lista, para quem se interessar, pode ser conseguida na Internet na página <http://www.a16.org>, onde o “a16” significa exatamente 16 de abril), intitulada *Mobilization for Global Justice* (Mobilização por uma Justiça Global). A polícia de Washington agiu intensamente desde a semana anterior à manifestação na preparação da, e na repressão ao movimento de protesto. Só no sábado, véspera da manifestação, foram presas cerca de 600 pessoas – quando a sede que vinha sendo usada pelos organizadores dos protestos foi ocupada pela polícia, sob a alegação de risco de incêndio, e muitos dos que lá estavam foram presos, e o saldo de prisões, segundo a polícia e os manifestantes (houve inclusive uma coletiva na noite de segunda-feira, dia 17, transmitida ao vivo pela televisão em Washington, dos grupos que organizaram o protesto, que contou com a simpática

participação de artistas como Susan Sarandon e Tim Robbins) chegou a 1.300 pessoas detidas. Os organizadores aparentemente contavam com o peso das medidas repressivas – afinal, como diziam alguns, uma coisa é organizar um protesto contra a OMC em Seattle, cidade distante na costa noroeste dos EUA, outra é protestar contra o FMI e o Banco Mundial em Washington, sede do governo (as sedes do Banco Mundial e do FMI ficam a duas quadras da Casa Branca!). De qualquer modo, a coletiva da noite de segunda e o coquetel na sede da AFL-CIO (central sindical norte-americana) na tarde de terça-feira mostraram a avaliação positiva que os organizadores fizeram dos protestos e o ânimo para o futuro – já estavam começando a organizar os protestos previstos para a próxima reunião semestral conjunta do FMI e BIRD, marcada para meados do segundo semestre deste ano em Praga, República Tcheca.

O que foi capaz de reunir essa ampla coalizão de entidades da sociedade civil, especialmente da norte-americana, e levar às ruas de Washington, em uma manhã de domingo, milhares de jovens (a maciça presença de jovens chamava a atenção, e dava ainda mais ânimo aos organizadores – alguns, mais exaltados, falavam em finalmente haver um nexos entre as recentes manifestações contra a globalização/OMC/FMI&BIRD e a geração de ativistas que, em final dos anos 60 e início dos 70, se manifestava contra a Guerra do Vietnã, mas isso os norte-americanos podem avaliar melhor) sob palavras de ordem supostamente vagas para o cidadão comum como “Enough is enough! Defund the Fund! Spank the Bank!”¹? Aparentemente, o sentimento de que os anos de políticas

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Aspectos morais do crescimento econômico,
Barrington Moore, Jr.
De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* - Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* - Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Falso Amanhecer* - John Gray - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares - De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* - Luiz Roberto Nascimento Silva - De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman* - *O Novo Brasil e as Multinacionais* - Getulio Bittencourt - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* - Arthur Herman - De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* - Kirkpatrick Sale - De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* - Organizado por Gilles Perrault - De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* - Octavio Bessada - De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178

ARTIGO

econômicas liberais e de avanço rápido da globalização sob a égide dos interesses financeiros, operacionalizados em boa parte do mundo pela sugestão e sustentação de políticas econômicas locais pelas instituições de Bretton Woods (FMI/BIRD), resultaram em um mundo socialmente mais injusto e ambientalmente mais degradado mesmo nos países capitalistas que representam o centro hegemônico destas políticas. Mais sugestivo ainda que os protestos recentes contra a globalização, a OMC e o sistema financeiro internacional representado por FMI/BIRD tenham ocorrido nos próprios Estados Unidos, que tem tido sua bonança econômica alardeada como exemplo do vigor e crescimento sustentado da nova economia mundial pós-crise dos anos 80.

Na reunião oficial, as críticas (em tom baixo, porque de alto já bastava o tom dos manifestantes do lado de fora, ou entre seus pares, do duríssimo artigo em relação ao FMI assinado por Joseph Stiglitz, economista-chefe do Banco Mundial, e publicado em vários jornais do mundo - entre os quais, a Folha de S. Paulo de 15/04 desse ano) apareciam mais para justificar as propostas de reformulação que foram sendo apresentadas. A essência destas aponta para uma redução do papel do FMI, e do Banco Mundial, enquanto agências de financiamento, e para o papel crescente (e, inclusive, os riscos) que deve assumir o setor financeiro privado, expressando, de um lado, a dúvida presente entre os contribuintes dos principais países cotistas (e, portanto, aportadores de recursos) daquelas agências financeiras sobre a competência destas em sugerir políticas econômicas e, de outro, sobre a eficácia dessas mesmas políticas.

Nos EUA especialmente, e isto ficou bastante evidente pela farta

publicação de materiais na imprensa norte-americana nas semanas que antecederam e na semana seguinte à reunião de 16/17 de abril, existe uma crítica conservadora, que enfatiza os altos custos combinados a resultados pouco animadores das políticas patrocinadas a nível mundial por FMI/BIRD tão forte quanto uma crítica progressista que coloca ênfase na ineficiência das políticas de alívio à pobreza e proteção ambiental dessas agências, ao mesmo tempo em que suas políticas se mostram promotoras de crescentes desigualdades sociais e da instabilidade sistêmica.

O que está sendo questionado, e o que deve seguir em discussão nos próximos meses, é a própria arquitetura do sistema financeiro internacional, esgotado que está dentro dos padrões e com os objetivos para os quais foi concebido nos anos 40. Essa discussão pode ficar mais premente, caso o cenário financeiro internacional dê novos sinais de convulsão, ou seguir em banho-maria, caso prevaleça a calma, mas o fato é que dificilmente o sistema financeiro internacional, tal qual inicialmente desenhado em Bretton Woods, nas formas essenciais que ainda hoje mantém, seguirá funcionando. No caso das reuniões oficiais, muito provavelmente as burocracias do FMI e BIRD terão um prazo de seis meses até a próxima reunião em Praga para começar a digerir as críticas oficiais e os documentos apresentados, podendo apresentar alguma proposta interna de refor-

mulção. No caso das manifestações de rua, estas também devem continuar a pressionar, dado que o seu questionamento vai muito além da forma que toma o sistema financeiro internacional - o questionamento é em relação à própria hegemonia financeira do processo de globalização.

Adhemar Mineiro de Barros é presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Esteve em Washington DC, EUA, de 16 a 18 de Abril, convidado a participar do seminário "Alternativas ao Ajuste Estrutural", promovido pela Rede SAPRIN (*Structural Adjustment Participatory Review International Network*), da mesa de discussão "Alternativas às Políticas do Banco Mundial e FMI no Hemisfério Ocidental", promovida pela organização não-governamental *The Development GAP* no Congresso norte-americano, e de visita à central sindical norte-americana AFL-CIO para discussão sobre a situação latino-americana.

¹ Além dessas palavras de ordem, o panfleto que convocava o ato apresentava a seguinte breve e pequena explicação, que parece interessante, por ser bem resumida da visão dos que se manifestaram, ao mesmo tempo em que pode ajudar a pensar aqueles que imaginam que as grandes verdades só se escrevem em inglês: "On April 16, finance ministers and central bankers from 25 countries, as well as officials from the International Monetary Fund (IMF), World Bank, and World Trade Organization (WTO) - a veritable Board of the Directors of the Global Economy - are coming to Washington DC. These institutions "bail out" governments with debt and credit problems, but they only provide money to governments that agree to allow corporations free access to their country's resources and labor. They fire government employees and slash programs in health and education. In the case of the biggest bailouts (like South Korea), most of the money goes to foreign investors to restore their "confidence". Most of the world's most impoverished countries have suffered under IMF/World Bank programs for two decades: they've seen debt levels rise, unemployment skyrocket, poverty increase, and environments devastated. Urged to export, they focus on cash crops like coffee instead of food for their own people, and allow foreign corporations to build sweatshops - which also puts pressure on jobs in the U.S."

PROMOÇÃO

A LIVRARIA FGV está com uma super promoção neste mês de maio, o Livro MACROECONOMIA, de Mario Henrique Simonsen, 1ª edição por apenas R\$ 10,00 (dez reais). O endereço da Livraria FGV é Praia de Botafogo, nº 188 - Telefones: 559-5535 ou 5537.

ARTIGO

por Affonso Guerreiro de Oliveira, José Clemente de Oliveira, Sebastião Soares

O BNDES e o FMI

Os destinos do BNDES nunca estiveram tão dependentes da aprovação de instituições transnacionais como agora, e por isso mesmo ameaçados (Jesus Soares Pereira, brasileiro dos melhores, nos anos 60 cunhou a expressão “comando externo da economia brasileira” para caracterizar situações como as que temos observado em anos recentes no País).

Com efeito, o Acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional e o memorando técnico a ele vinculado submetem a economia e a sociedade brasileiras a sérias determinações e/ou orientações do Fundo, tal como se observa no ítem 18 do Memorando de Política Econômica, de 8 de março de 1999, que se transcreve na íntegra em razão de envolver as principais instituições financeiras federais voltadas ao financiamento do desenvolvimento (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia):

“18. O governo exercerá com determinação a sua política, já em curso, de conceder maior eficiência e reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia. O Banco Meridional foi privatizado em 1998 e, durante o ano de 1999, será privatizado o Banespa, o sexto maior banco brasileiro, que está sob administração federal. Ademais, o governo solicitou à Comissão de alto nível encarregada do exame dos demais bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BND e Basa) a apresentação, até outubro de 1999, de recomendações sobre o futuro papel dessas instituições, incluindo possíveis desinvestimentos, fusões, venda de participação acionária estratégica ou transformação em agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha.

Essas recomendações serão analisadas e decididas pelo governo antes do final do ano, sendo que as decisões serão implementadas durante o ano 2000. O governo também já se decidiu sobre a privatização da administradora de ativos afiliada ao Banco do Brasil (BB/DTVM) e do instituto federal de resseguros (IRB Brasil-RE). Ao mesmo tempo, continuará o processo de privatização, fechamento ou transformação em agências de desenvolvimento, dos bancos estaduais restantes. A privatização dos bancos, em particular de grandes Estados, como Bahia e Paraná, deverá ocorrer em 1999, dando seguimento às privatizações bem sucedidas dos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre outros, realizadas nos últimos dois anos.”

Ou seja, nos termos postos no Memorando, essas instituições podem até mesmo desaparecer ou serem transformadas em simples agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha! Qual seria a justificativa do governo federal para comprometer-se com o FMI no sentido de exercer... **“com determinação a sua política, já em curso, de... reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia?”**

Pode-se afirmar que, nos termos dos compromissos assumidos, o destino de todo o sistema bancário público brasileiro foi delegado ao FMI, inclusive o do Banco Central, posto que, por definição, a assinatura de Acordos e Memorandos Técnicos retira-lhe autonomia decisória.

Para completar o quadro, o BNDES, por determinação superior, contratou a consultora – BOOZ-ALLEN & Hamilton – para a realização de estudos de modelagem da atuação das instituições financeiras públicas federais – Banco da Amazônia S.A., Banco do

Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Caixa Econômica Federal, bem como suas respectivas controladas (Edital de Concorrência MIF/CN-01/99).

O escopo dos estudos contratados com a BOOZ-ALLEN contempla um Diagnóstico das atividades exercidas por aquelas Instituições, a proposta de Modelos alternativos para sua atuação futura e as tarefas destinadas à implantação do modelo aprovado (instrumentos legais, detalhamento do modelo e estratégia de implementação).

Ora, definir ou redefinir o papel das instituições financeiras públicas e estabelecer o seu objetivo de largo prazo, constitui tarefa indelegável; caso contrário, além de bancos, corre-se também o risco de ter administração de segunda linha, país de segunda linha, nação de segunda linha!

O COMIF e as administrações do BNDES, Banco do Brasil, CEF, BNB e BASA, deveriam dar aos resultados que estão sendo obtidos com os estudos realizados pela BOOZ-ALLEN, a transparência indispensável, o que até aqui não ocorreu. A começar por ouvir a sociedade civil em reuniões públicas. E isso sem os atropelos e superficialidades de uma Audiência Pública de undécima hora, mas mediante processo amplo, que trate sucessivamente e em eventos específicos, dos aspectos gerais da questão e daqueles pertinentes a cada um dos agentes financeiros federais, individualmente.

Muito mais que uma simples questão de natureza formal, entretanto, o ítem 18 do Memorando de Política Econômica acordado com o FMI e o consequente contrato firmado com a BOOZ-ALLEN coloca a economia brasileira diante de perspectiva que não se pode

celebrar, ao admitir a possibilidade de reduzir a importância dos bancos públicos ou, no limite, o seu desaparecimento.

Com efeito, a economia brasileira não só revela grandes dimensões e potencial extraordinário de crescimento, mas também grandes estrangulamentos a serem removidos para que o desenvolvimento econômico e social se dê de forma vigorosa e auto-sustentada. Remover esses estrangulamentos e promover ações estruturantes em geral requerem financiamento adequado em prazos e custos que só os bancos públicos – é natural! – podem proporcionar. O sistema bancário privado não é capaz de assumir tal papel, nem é necessariamente dele essa tarefa.

Constitui grande equívoco, por isso mesmo, admitir que os bancos públicos brasileiros devam perder sua importância, a ponto mesmo de desaparecer. Ao contrário, a reforma dessas instituições deveria fortalecê-las e dotá-las de raio de ação muito mais amplo para que dêem conta dos estrangulamentos que o segmento bancário privado não consegue enfrentar, tese, aliás, sustentada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em 1952.

É indispensável, portanto, promover ampla divulgação do andamento dos trabalhos, dando-se oportunidade de acompanhar os resultados até aqui alcançados, as conclusões parciais acumuladas, além de outros aspectos relevantes, com a possibilidade de questionamentos e discussão. A seriedade da questão não comporta outra atitude; é o que se espera do novo Presidente do BNDES!

Affonso Guerreiro de Oliveira é advogado e ex-diretor do BNDES, José Clemente de Oliveira é economista e ex-diretor do BNDES, Sebastião Soares é engenheiro e ex-superintendente do BNDES.

ARTIGO

por Marcelino José Jorge e Tathiany Rodrigues Moreira

Gestão por resultado para incentivo à pesquisa

A atividade relacionada com a produção de conhecimento envolve valores sociais, ao mesmo tempo em que as suas peculiaridades são complexas para o observador externo e, muitas vezes, ela consome volume significativo de recursos. Por força dessas características, o risco de imposição de interferência sobre seus objetivos é elevado, enquanto a percepção do resultado da atividade de C&T não é imediata e a dependência de fonte de financiamento para levá-la a cabo é grande.

Por outro lado, o movimento recente de reconsideração das funções do Estado em economias de mercado contribuiu para concentrar o foco de atenção dos formuladores de políticas nessas implicações intrínsecas à natureza da atividade de C&T, encorajando, no mundo inteiro, a busca de autonomia das organizações governamentais de C&T como um rito de passagem para o ambiente da nova ordem econômica, na qual o teste de mercado e a prova de auto-suficiência na obtenção de recursos podem ditar a seleção daquelas organizações que irão perpetuar-se.

O fato é que, desde meados da década de 90 registra-se um movimento em favor de maior autonomia de gestão das organizações governamentais executoras de atividades de C&T no Brasil, em função do qual a influência das diretrizes fixadas pelos órgãos supervisores hoje tem um peso menor, enquanto a restrição de recursos orçamentários tornou-se mais aguda e aumentou o gasto da administração central destas organizações com a implantação de novos instrumentos gerenciais para a definição interna de rumos e de prioridades, para a prestação de contas

ao poder público e à sociedade organizada e para o aperfeiçoamento de processos internos. Em que pese, em alguns casos, a reputação acumulada por essas organizações de C&T através da prestação continuada de serviços de interesse público, a relativa autonomia do processo interno de fixação de objetivos destas organizações, correspondente ao horizonte da pesquisa na comunidade de ciência aberta, resulta na necessidade de mecanismo de prestação de contas que possa substituir os procedimentos mais convencionais de controle direto das ações segundo padrões gerenciais de medição de esforço.

Foi o propósito de encorajar a busca de eficácia através da descentralização do processo decisório dessas organizações que deu origem, a partir de meados dos anos 90, à definição do modelo de gestão por resultado pelo extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE para orientar a reestruturação das organizações governamentais dedicadas às atividades de pesquisa e de ensino – consideradas passíveis de indução pelo mercado – em “organizações sociais”. Face a esse cenário foram incentivadas no Brasil experiências-piloto de adoção dos princípios de gestão por resultado, com a expectativa de gerar algum efeito-demonstração em favor da mudança desejada para a esfera institucional da pesquisa. A mudança que acarretou é sensível, esbarrando em peculiaridades de cultura e de estrutura dessas organizações e resultando em um ritmo tão veloz de sucessão dos acontecimentos, em um acúmulo de evidências tão fragmentado e em imposições tão incontrastáveis do cotidiano que, face à insuficiência de

incentivo, a avaliação da experiência de mudança de gestão em curso não é feita de maneira sistemática.

Nos EUA, passados os anos iniciais de vigência do Government Performance and Results Act da I administração Clinton-Gore, foi encomendado pelo Senado norte-americano estudo sobre a experiência dos órgãos públicos obrigados por este ato legislativo a adotar sistema de mensuração de performance de sua atividade e a divulgar junto à opinião pública o resultado apurado. Os relatórios produzidos pelo estudo começam a ser debatidos pela comunidade especializada.

Da mesma forma, no Brasil há registro de que a experiência com o chamado “modelo de gestão por resultados” atingiu uma relativa maturidade, a partir do que a exploração de sua potencialidade irá beneficiar-se da avaliação do resultado alcançado. Nessa experiência cabe destacar a mudança do modelo de gestão da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a partir de 1994, que resultou em expressivo processo de descentralização gerencial, combinado com a adoção de mecanismo de incentivo em que a avaliação de performance serve de informação básica do processo decisório sobre a distribuição dos recursos do orçamento geral da organização. Segundo a nova estratégia de adaptação, vários mecanismos deveriam concorrer para esgotar as possibilidades do modelo de gestão da pesquisa baseado na dotação de recursos do orçamento público e, ao mesmo tempo, lançar as bases das novas interações de comunicação prescritas em face da transição prevista para o novo regime de promoção da pesquisa com capi-

talização do conhecimento, tornando emblemático da organização da pesquisa recente na área de biotecnologia. Entre eles, o de reforçar o subconjunto de unidades tomadas de decisões – DMUs da FIOCRUZ cujo escopo de atividade abrange os programas de pesquisa, de ensino e de prestação de serviços de referência em saúde, em face da associação estabelecida entre este escopo de organização e o foco em pesquisa estratégica comumente associado à trajetória de reestruturação das organizações de C&T – a pesquisa cuja proposta elaborada para a obtenção de financiamento – ou o seu mérito – é julgada antes que ela seja iniciada.

Concluídos os cinco primeiros anos dessa experiência na FIOCRUZ, período após o qual ainda debate-se com intensidade – e paixão – as evidências disponíveis sobre o resultado alcançado, o objetivo da investigação em curso é contribuir para a discussão da eficácia do chamado “modelo de gestão por resultados” em organizações de C&T. Para a análise da eficácia do modelo no quinquênio 1995/99 medimos a sua eficácia sob o critério dos ganhos de eficácia social, de efetividade e de eficiência observados quanto ao desempenho da organização neste período e, em particular, medimos os ganhos relacionados com a eliminação de ineficiências de natureza informacional, decorrentes da cisão entre propriedade e controle, com o auxílio do método Análise de Envoltória de Dados – DEA. O uso desse método não-paramétrico é recomendado para esse tipo de análise, uma vez que, por razões associadas à natureza das ineficiências

ARTIGO

decorrentes da assimetria de informação em organizações multi-propósito sujeitas ao conflito de interesses, considera-se que a realização de avaliação de eficiência de unidades produtivas não deve ser limitada pelo estabelecimento *a priori* de formas funcionais para o conjunto de possibilidades de produção. As evidências disponíveis sugeriram quatro opções iniciais para a especificação do modelo DEA de apuração dos indicadores necessários à análise de eficiência, em relação às quais três modelos já foram calculados.

A conclusão extraída da análise quantitativa já concluída é no sentido de que: em nível do conjunto das atividades da organiza-

ção e das suas DMUs constituintes, assim como em nível da atividade de ensino e em nível da atividade de prestação de serviços de referência, sustentaram-se trajetórias de ganho de eficiência técnica nitidamente no sentido prescrito pela estratégia de reestruturação promovida por organismos internacionais atuantes no campo da saúde pública, enquanto na atividade de pesquisa propriamente dita, ao contrário, apresentou-se uma tendência suave, porém consistente, de perda de eficiência ao longo do período 1995-99, o que, em princípio, contribuiu para explicar a desaceleração do crescimento do programa de pesquisa da FIOCRUZ.

Face às características mais

gerais dos processos de produção, de disseminação e de uso do conhecimento, uma das questões discutidas pela nova economia da ciência está, de fato, relacionada com a medida em que é desejável modificar a organização da pesquisa; modificar o conjunto de objetivos, normas de comportamento e sistema de recompensa, que regulam a atividade de pesquisa fundamental, com vistas a torná-la mais efetiva. O que as evidências resultantes da análise sobre a utilização na FIOCRUZ do modelo de gestão por resultado durante um período de cinco anos revelam a esse respeito, é que o desdobramento da inserção prescrita para as organizações de C&T na nova estratégia de inovação irá depen-

der de um horizonte de mudança e de adoção de "melhores práticas", cujo alcance transcende as possibilidades de um sistema de avaliação de performance focado no monitoramento interno de custos e do resultado observado. Acreditamos que o acúmulo dessas novas evidências é, de fato, útil, uma vez que "se a evolução em direção a um sistema de pesquisa pós-moderno é realmente desejável, as atuais mudanças dos sistemas de pesquisa deveriam ser avaliadas quanto a se levam a esta transição".

Marcelino José Jorge é economista da Asplan/Fiocruz e doutorando de Engenharia de Produção na COPPE/UFRJ e **Tathiany Rodrigues Moreira** é aluna de Economia da UERJ e bolsista de Inic. Científica do PIBIC/CNPq na Asplan/Fiocruz.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

ARTIGO

por Jorge Matoso

Crescimento e emprego em 2000?

Na década de 90 o desempenho do mercado de trabalho brasileiro foi desastroso. As aberturas comercial e financeira indiscriminadas, os elevados juros, as privatizações e a sobrevalorização do real favoreceram a ocorrência do mais baixo crescimento econômico do Brasil no século XX, em meio à desestruturação da produção e do emprego domésticos.

Neste quadro, as taxas de desemprego mais que dobraram (atingindo um em cada cinco trabalhadores das grandes cidades), foram queimados mais de 3 milhões de empregos formais e a informalidade e a precarização das condições de trabalho alcançou cerca de 2 em cada 5 trabalhadores. Isto significa que aproximadamente 3 em cada 5 trabalhadores não contribuem para o INSS e para o FGTS, por efeito do desemprego ou da precarização das condições de trabalho. E o governo ainda quer responsabilizar os aposentados e o salário mínimo pelo déficit da Previdência!

Em dez anos o PIB *per capita* praticamente manteve-se inalterado, enquanto o rendimento médio real teve queda de 8%. O salário mínimo perdeu 5% de seu valor na década e depois do recente e pífio reajuste estabelecido pelo governo através de Medida Provisória (MP) representa apenas cerca de 85 dólares. A eventual regionalização do mínimo não passa de mais uma medida favorável à desigualdade e de valorização do *moinho satânico* do mercado sem regulações, da guerra fiscal e fratricida.

Qual é a perspectiva do mercado de trabalho para o próximo período? Será possível retomarmos uma trajetória de crescimento econômico?

Iniciamos o ano 2000 com

previsões de crescimento econômico que supunham que o produto nacional pudesse expandir 4% no ano.

Até há pouco tempo, fatores externos e internos pareciam favorecer esses prognósticos. No plano internacional – depois da tempestade – os mercados de capitais e a economia internacional viviam uma calma no início do ano. No plano nacional, a desvalorização do real, apesar de tardia e desastrosa, ocorreu sem o caos inflacionário, financeiro e produtivo previstos pelos que defendiam a sobrevalorização da moeda nacional. Os fluxos financeiros externos foram recompostos e os déficits comerciais reduziram-se.

No entanto, nos planos internacional e doméstico a situação é mais complexa. Apesar daquela calma, os fatores responsáveis pelas sucessivas crises financeiras internacionais não foram removidos. Também os percalços da *nova economia* e da *bolha especulativa* das bolsas norte-americanas não são apenas nuvens que turvam o horizonte, mas deixam ainda mais instável o clima produtivo e podem se transformar, a qualquer momento, em nova tempestade.

No plano interno, junto à desvalorização do real não ocorreram indispensáveis mudanças das políticas comercial e financeira. Nessas condições e dada a dinâmica internacional (com ainda baixas taxas de crescimento) seus efeitos sobre a balança comercial foram modestos. As contas externas continuam apresentando déficit – atualmente de 4% do PIB – resultante dos elevados juros e do comportamento pouco dinâmico e desequilibrado das exportações. O país continua (e cada vez mais) exportando produtos de baixo valor agregado, enquanto importa pro-

duto tecnologicamente avançados. Os investimentos diretos do exterior continuam orientados por fusões e aquisições de empresas públicas e privadas, com reduzidos impactos nas taxas de investimento. O estado, privatizando e gerando sucessivos superávits primários não pode, por sua vez, contribuir – como no passado – à elevação do investimento. A desnacionalização produtiva e financeira levada à cabo pelas políticas de abertura indiscriminada do comércio e das finanças domésticas aumentou a vulnerabilidade externa do país, dando maior poder às multinacionais, maior rigidez à pauta de importações e comprometendo o sistema nacional de inovações.

Mas não é impossível que o Brasil volte a crescer algo em 2000. Afinal, depois de intensa retração econômica, sempre é possível voltar a ocupar a capacidade ociosa gerada pela recessão, que de resto já vem ocorrendo desde o final do ano passado.

Entretanto, dada a instabilidade internacional e mantidas a abertura comercial e financeira, os elevados juros, a debilidade regulatória e de gasto do setor público e a crescente vulnerabilidade externa do país, dificilmente este crescimento será baseado em taxas de investimento que assegurem sua sustentação ao longo do tempo.

Para reduzir efetivamente o desemprego, integrar ao mercado de trabalho os cerca de 1,5 milhão de ingressantes anuais e reduzir a precarização das condições e relações de trabalho, seriam necessárias taxas de crescimento do produto entre 5% e 6% ao longo de vários anos e o desenvolvimento de políticas de emprego e de distribuição da renda.

Mas para recuperar o crescimen-

to sustentado e desenvolver políticas de emprego e de distribuição da renda, o país teria que romper com os constrangimentos externos e internos que tem limitado este crescimento, restaurando a capacidade de fazer política econômica soberana no marco de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional.

Neste caso, três eixos centrais seriam indispensáveis: regulação dos fluxos de capitais, relativização do precipitado processo de abertura comercial e renegociação das dívidas. O primeiro permitiria uma maior autonomia da política macroeconômica, a subordinando aos objetivos nacionais de crescimento econômico, distribuição de renda e combate à pobreza. Atualmente, a crescente dependência dos fluxos de capitais monitora a política econômica em função dos interesses das finanças internacionais, do extraordinário poder dos credores e das políticas deflacionistas. O segundo permitiria reduzir a desmedida propensão a importar e a acumulação crônica de déficits e/ou desequilíbrios comerciais. O reconhecimento da importância do Investimento Externo Direto e das empresas de capital estrangeiro não pode prescindir de uma política regulatória capaz de assegurar efeitos positivos sobre a produção e o emprego nacional. A terceira permitiria a redução dos estoques que vem crescendo, pesando sobremaneira sobre o setor privado e público, e limitando as capacidades de gasto e investimento.

Jorge Eduardo Levi Mattoso é professor do Instituto de Economia e pesquisador do CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da UNICAMP. É autor de vários livros, sendo o mais recente *O Brasil desempregado*, Editora Fundação Perseu Abramo, SP, 1999.

Piso Nacional perdeu 36,2% do seu poder aquisitivo em 10 anos

O salário mínimo, apesar de ser uma medida do século XIX – considerando-se a primeira experiência nacional estabelecida na Nova Zelândia, em 1894 –, voltou a ter maior relevância justamente agora, no limiar do terceiro milênio, entre os principais países desenvolvidos. Isso é o que se pode concluir das medidas implementadas recentemente nas economias como a dos Estados Unidos e da Inglaterra, após o longo tormento que foi a onda liberal dos governos Reagan/Bush (EUA) e Thatcher/Major (Inglaterra) durante os anos 80 e começo dos 90, responsáveis que foram pelo esvaziamento da política do mínimo.

A despeito da evolução positiva da economia e do aprofundamento do processo de mundialização nos últimos anos, esses dois países tiveram ampliado o grau de desigualdade de renda, fato que estimulou a recuperação da política do mínimo nacional, através da elevação do seu valor nos EUA e a criação do piso nacional unificado na Inglaterra.

No Brasil, o salário mínimo segue sem uma política clara de recuperação do seu poder aquisitivo, que, desde a segunda metade dos anos 60, acumula sistematicamente queda, segundo a série histórica produzida pelo DIEESE – instituição que possui a maior credibilidade nacional no estudo do valor do mínimo. Há quatro décadas, a definição do valor do mínimo ocasionava intensos debates, pois resultava de uma ação coordenada pelo Ministério do Trabalho com os distintos grupos de interesses reunidos em torno das Comissões Tripartites de Salário Mínimo; o que permitia que seu

valor real guardasse alguma relação com o custo de vida dos trabalhadores de salário de base. Alguém pode lembrar que naquele período o país vivia uma outra época, marcada pela condução populista das políticas públicas e que grande parte da população trabalhadora tinha sua remuneração associada ao valor do piso salarial.

Hoje, no entanto, o Brasil seria outro. Além da atual experiência de condução social-democrata das políticas públicas, haveria poucos trabalhadores recebendo remunerações em torno do salário mínimo. Talvez o fato de menos de 8% dos empregados com registro formal possuírem remuneração associada ao piso salarial, algo em torno de 1,9 milhão de pessoas – conforme estatísticas oficiais – tenha influenciado o atual Governo Federal a transferir para o Ministério da Fazenda a responsabilidade pela definição do salário mínimo nacional.

Ainda segundo os argumentos oficiais, o piso mínimo não poderia ter valor superior a R\$ 150, pois seria extremamente negativo para as contas públicas. Mas a reduzida parcela de trabalhadores formais que recebe o salário mínimo não parece estimular o atual Governo Federal a implementar nem mesmo um programa de médio e longo prazos de recuperação do valor real do mínimo.

Submissão

Ocorre, todavia, que os argumentos oficiais até aqui apresentados mostram-se insuficientes e inadequados para justificar o ínfimo valor real do mínimo. Para uma rápida avaliação do seu baixo valor de compra, basta lembrar que o piso nacional representa cerca de 1/5 do poder aquisitivo do ano de 1957.

Caso seu valor real tivesse sido mantido ao longo das últimas quatro décadas seria possível identificar melhor que o Brasil continua sendo um país de baixos salários, pois, em 1998, por exemplo, existiriam um pouco mais de 2/3 do universo dos trabalhadores com rendimento até o valor do piso nacional.

Como o salário mínimo tem apresentado uma tendência de perda do seu poder de compra em ritmo mais acentuado do que os demais salários pagos no país, não representa uma novidade a redução do número de trabalhadores com rendimento na faixa do piso. Mesmo assim, não se deve esquecer que a recuperação do seu poder de compra tem influência extremamente positiva tanto no combate à pobreza e na redução das desigualdades de rendimento quanto na redefinição do crescimento econômico do país, conforme atestam vários estudos.

Se hoje as contas públicas dificultam um salário mínimo maior, possivelmente amanhã não deverão permitir nem mesmo o pagamento do já rebaixado valor atual. Não se verifica, nesse sentido, a intenção decisiva e favorável à realização de uma reforma tributária capaz de colocar a carga fiscal em patamar

aceitável e justo, ao mesmo tempo em que a sonegação de impostos e o pagamento dos encargos financeiros decorrentes do fantástico endividamento público e do alto patamar dos juros reais comprometem e desorganizam, cada vez mais, as finanças públicas. É muito simples, portanto, responsabilizar as finanças públicas pela impossibilidade de recuperação do salário mínimo, quando são principalmente os encargos financeiros e a submissão ao programa do Fundo Monetário Internacional os reais empecilhos.

O reconhecimento das dificuldades das finanças públicas não deveria inibir a definição de um programa de médio prazo para a recuperação do valor do piso nacional, justamente quando se sabe que nos últimos 10 anos o piso nacional perdeu 36,2% do seu poder aquisitivo, enquanto a carga tributária bruta aumentou 32,5% e a receita líquida da previdência social foi elevada em 55,1%, ambas em termos reais.

Márcio Pochmann é professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* Artigo publicado no jornal do Corecon/MG "Agenda Econômica – ano VIII – número 74 – fev.-mar./2000.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

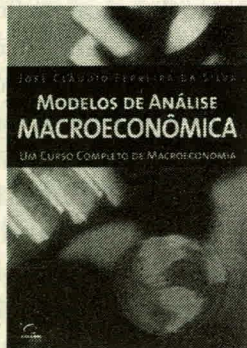
RÁDIO BANDEIRANTES/AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 - LIGUE E PARTICIPE !

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política.* Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,00
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática -* Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Microeconomia.* Varian, H.R. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica,* Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana.* De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia,* Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens,* Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira,* Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento,* Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo,* CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h. Tel: (0xx21) 232-8178

LIVRO

por D. Demétrio Valentini -

"A vida acima da dívida"

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

Apoio: CORECON/RJ, SINDECON/RJ, IERJ

Esta publicação recolhe a síntese das principais contribuições apresentadas no TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA, realizado no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de abril de 1999.

Foram três dias de intensos debates, em torno de uma questão com alta incidência na vida do povo, expressa no tema que guiou todos os trabalhos: **A VIDA ACIMA DA DÍVIDA.**

Mil e quinhentas pessoas, vindas dos mais diversos lugares do país, acompanharam assiduamente as quatro sessões do Tribunal, que desdobraram o tema sob diversos enfoques: o sistema financeiro internacional, a situação do Brasil, casos emblemáticos de alguns países e alternativas para o povo brasileiro.

O Tribunal foi uma promoção conjunta entre a CNBB-Cáritas, CONIC, CESE, CMP, MST e IAB, tendo contado com a colaboração intensa do PACS, do SINDECON/RJ, Sindicato dos Engenheiros, CORECON/RJ, IERJ e Koinomia.

Ele se situa na continuidade de outro evento, o SIMPÓSIO SOBRE A DÍVIDA EXTERNA, promovido no ano anterior, em Brasília, também em conjunto entre a CNBB e o CONIC. Foi no contexto deste simpósio que se evidenciou a necessidade de colocar para

o debate público as complexas questões relacionadas com o endividamento externo do país. Em decorrência disto, no próprio simpósio foi apresentada a sugestão de realizar um tribunal sobre a dívida externa, que se concretizou na forma como se realizou este evento no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro.

Seu primeiro significado é a evidência de que a dívida externa precisa ser levada a tribunal. Isto é, todo o seu contexto precisa ser confrontado com valores éticos, que precisam ser colocados como critério inspiradores para que o sistema financeiro esteja adequadamente inserido numa economia colocada verdadeiramente a serviço da vida das populações.

No final dos trabalhos, o Tribunal chegou a um VEREDICTO, que sintetiza com lucidez as questões levantadas e aponta as providências que precisam ser tomadas para que a nação possa sair, de maneira soberana e solidária, do sufoco produzido pelo processo de endividamento crescente, que precisa ser estancado com urgência.

Esta publicação traz o texto completo deste VEREDICTO. Mas presta também o valioso serviço de documentar as diversas intervenções acontecidas durante o Tribunal. O seu conjunto, assim, confe-

Este livro encontra-se à venda no Corecon-RJ - R\$ 15,00 (interessados ligar para 232-8178, de 13h às 17h, falar com Ester).



re a consistência indispensável que precisa acompanhar a abordagem deste tema complexo. Desta maneira, ela se torna instrumento de trabalho para prosseguir na tarefa de aprofundar o debate, que é seu objetivo principal.

O Tribunal veio na sequência do Simpósio, realizado no ano anterior. Por sua vez, o Tribunal projetou a realização de outro evento, mais amplo, mais difundido, mais descentralizado, mais popular, que é o **PLEBISCITO SOBRE A DÍVIDA EXTERNA.** As mesmas entidades promotoras do Tribunal se propõem desencadear esse processo para que se realize, no próximo ano, nos Quinhentos Anos do Brasil, no ano do **JUBILEU,** cuja mensagem central é exatamente o cancelamento das dívidas.

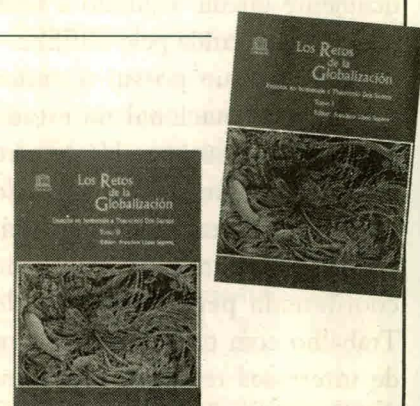
Esta publicação possibilita, portanto, que o Tribunal continue, para que todo o povo brasileiro se constitua em autor desta causa, que interessa tão de perto a todos.

D. Demétrio Valentini é Bispo de Jales e Presidente da Cáritas Brasileira.

BIBLIOTECA

A BIBLIOTECA EGINARDO PIRES está vendendo o livro **LOS RETOS DE LA GLOBALIZACIÓN - Ensayos em homenaje a Theotonio Dos Santos - Editor Francisco López Segrera - Editora UNESCO - Caracas, Unidad Regional de Ciencias Sociales y Humanas para América Latina y el Caribe, 895 pág.** Esta obra é parte de um grande e arrojado projeto que a UNESCO vem desenvolvendo com as principais redes de ciências sociais e com instituições de dimensão regional como SELA, CLAD, CEPAL, FIUC entre outras.

São 2 (dois) volumes a um custo de R\$ 38,40 - não podem ser vendidos separadamente - Os interessados devem procurar a Sra. Ester (bibliotecária), de 13:00 às 17:00 horas no CORECON/RJ, ou através do telefone: (xx21) 232-8178.



RESENHA

por Luiz Carlos Delorme Prado

O Futuro e a Esperança

Uma Resenha de *Estratégia de Longo Prazo para o Brasil* de João Paulo de Almeida Magalhães

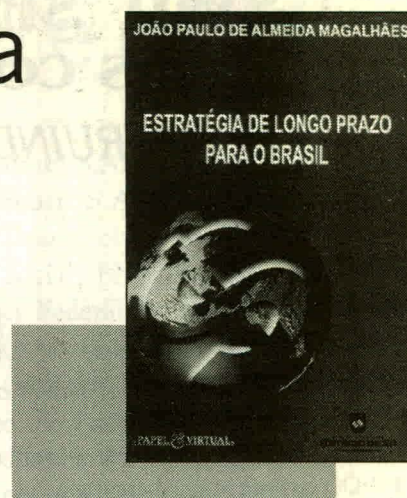
A Ciência Econômica nasceu como fruto da reflexão de intelectuais preocupados com questões práticas, que tinham por objetivo produzir recomendações para os formuladores das políticas públicas. Esta ciência afastou-se da filosofia moral, porque no mundo real a questão da origem da riqueza humana, os princípios de sua produção e os determinantes de sua distribuição social transformaram-se em problemas de crescente importância com o desenvolvimento do capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX. Quando a teoria econômica se afasta demasiadamente dessa preocupação com o real, esta começa a perder relevância, e no limite torna-se um exercício estéril de retórica, onde a linguagem hermética, de preferência com uso de instrumental matemático, oculta a falta de idéias.

O livro do professor João Paulo é exatamente o oposto disto. Ele é um panfleto. E quando afirmo que é um panfleto, não o digo como recriminação, mas como elogio. Ele resgata uma antiga tradição econômica de escrever panfletos para discutir temas relevantes da atualidade de forma polêmica, usando argumentos compreensíveis por qualquer leitor de cultura média e sem formação especializada em economia. E ele traz um problema da maior relevância para aqueles cidadãos brasileiros que insistem em manter um gosto de esperança, na amarga realidade do Brasil deste fim de século.

João Paulo argumenta que é possível fazer correções de rumos. Ele apresenta suas propostas de forma direta, listando prioridades,

questionando os preconceitos da nova direita. Sua preocupação não é dizer coisas novas, mas reafirmar argumentos que vêm sendo repetidos e rejeitados sem debates pelos fundamentalistas liberais. Ele defende uma política intervencionista que crie vantagens comparativas dinâmicas, controle o capital especulativo de curto prazo, e promova a integração ao mercado mundial a partir do crescimento das exportações e a abertura às importações condicionada ao sucesso da política de exportação. Ele argumenta em favor de uma estratégia de redistribuição atrelada à política de desenvolvimento, levando em conta a peculiaridade do crescimento dual de países subdesenvolvidos. Ele aponta para uma política de emprego baseada em crescimento acelerado do PIB, que seja capaz de absorver a mão-de-obra nova que se apresenta no mercado e de aumentar a participação do setor moderno na oferta de emprego. Ele propugna a favor de uma política monetária que dê prioridade absoluta para o desenvolvimento, com inflação tão baixa quanto possível, uma política de ocupação da Amazônia considerada como fronteira de recursos não contígua, uma política de desenvolvimento para o Nordeste baseada na experiência dos processos de integração econômica regional e uma política de desenvolvimento levando em conta o Brasil como América Portuguesa.

Estas são propostas simples, de bom senso, mas a simplicidade e o bom senso são qualidades cada vez mais esquecidas em um país que prefere contratar jovens, pouco identificados e nada comprometi-



dos com o universo cultural brasileiro, para comandar sua política monetária e um competente burocrata cosmopolita para comandar sua política econômica. O professor João Paulo escreveu um livro que convida ao debate. Ele não dá todas as respostas para os problemas que levanta, mas as perguntas que são oferecidas abrem um grande espaço para a reflexão e instigam um pensamento crítico.

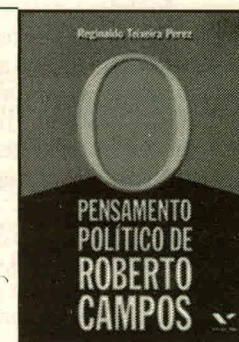
Finalmente, não se pode separar esta obra de seu autor. O professor João Paulo de Almeida Magalhães foi um dos primeiros doutores em economia brasileiros, formados no exterior. Antigo professor da faculdade de direito da UFRJ, atualmente professor titular da Faculdade de Direito da UERJ, é um economista respeitado na academia e um bem sucedido consultor econômico. Sua opinião tem o peso de sua vivência no mundo dos profissionais de economia e a relevância de sua experiência de professor e pesquisador. Portanto, mesmo aqueles que não compartilham sua visão do mundo não podem deixar de considerá-la. Afinal a comunidade de economistas brasileiros está precisando, como em poucas vezes no passado, de mais idéias e polemistas e menos arrogância e pedantismo.

Luiz Carlos Delorme Prado é professor do Instituto de Economia da UFRJ, Presidente do IERJ

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

- ▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20
- ▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70
- ▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10
- ▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60
- ▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- ▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70
- ▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50
- ▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40
- ▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência demo-crática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.
Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

EVENTO

XVIII SINCE – SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA

“CONSTRUINDO O PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI”

OURO PRETO – MG

PROGRAMA PRELIMINAR

Dia 06/09 – Quarta-feira

- 14:00 horas** – Credenciamento/Entrega Material
Reunião Cofecon
Reunião Fórum de Presidentes
- 19:00 horas** – Abertura
Presidentes do COFECON e CORECON/MG
- 19:30 horas** – Homenagem ao Prof. Carlos Lessa
- 21:00 horas** – Confraternização

Dia 07/09 – Quinta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “Formação do Economista e Currículo Mínimo: nova LDB” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Flexibilização dos Currículos (estágio obrigatório)
Avaliação de Qualidade (provão) e métodos alternativos
Requalificação Profissional

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 14:30 horas** – Painel: “A Reorganização do Sistema Cofecon/Corecon’s (1 expositor)
- 15:30 horas** – Intervalo
- 16:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Desregulamentação Profissional (Comissão Since)

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 21:00 horas** – Programação Social

Dia 08/09 – Sexta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “O Mercado de Trabalho e o Perfil do Economista” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Impactos do Desenvolvimento Econômico no Mercado de Trabalho do Economista/Mercosul
Profissões Correlatas e a Economia
Interdisciplinariedade e Novos Requisitos do Mercado de Trabalho

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 15:00 horas** – Relatórios (finalização)
- 17:00 horas** – Relatórios dos grupos de trabalho (Apresentação e Aprovação)

CURSOS (Estudantes e não Delegados)

- 20:00 horas** – Confraternização

Dia 20/09 – Sábado

- 09:00 horas** – Plenária Final

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Conselho Regional de Economia da 10ª Região – CORECON/MG

Fone: (0xx31)261-5806 – Fax: (0xx31) 261-8127

E-mail: corecon-mg@cofecon.org.br

EVENTOS

VI ENCONTRO DE CONTADORES ECONOMISTAS E ADMINISTRADORES DO MERCOSUL

1º a 03 de junho de 2000

Hotel Continental
Canela - RS - BRASIL

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

01/06/00 - Quinta-feira

15 às 18 h: Credenciamento
18 às 19 h: Sessão Solene de Abertura
19 às 21 h: Palestra Magna: Mercosul: *Como Avançar Frente às Estratégias Diferenciadas*
21 h: Jantar de Confraternização

02/06/00 - Sexta-feira

08:30 às 12:30 h: Trabalhos em Comissões por Área Profissional
Tema: Mercado de Trabalho e o Exercício Profissional
14 às 16 h: Comissões de Trabalho por Tema (1 e 2)
Tema 1: *Aspectos Laborais no Mercosul*
Tema 2: *Fomento de Investimentos e Coordenação de Políticas Regionais*
16 às 18 h: Comissões de Trabalho por Tema (3 e 4)
Tema 3: *Mediação e Arbitragem*
Tema 4: *Aspectos Fiscais do Mercosul*
18 às 20 h: Painel: *A Formação Profissional dos Contadores, Economistas e Administradores do Mercosul*

03/06/00 - Sábado

09:00 às 10:30 h: Apresentação das Conclusões por Área Profissional:
A Profissão dos Economistas
A Profissão Contábil
A Profissão dos Administradores
10:30 às 11:00 h: Intervalo
11:00 às 12:00 h: Palestra de Encerramento: *Mercosul - O Mercado de Trabalho Frente aos Desafios da Sociedade de Informação*
12:00 h: Sessão de Encerramento

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CRCRS - Rua Baronesa do Gravataí, 471
90160-070 - Porto Alegre - RS - Telefax: (0xx51)228-7999
E-mail: crcrs@crcrs.org.br
Internet: www/crcrs.org.br

ENTIDADES REALIZADORAS

Conselho Federal de Contabilidade, Conselho Federal de Economia,
Conselho Federal de Administração e Instituto Brasileiro de Contadores

ENTIDADES PATROCINADORAS

GIMCEA (Grupo de Integração do Mercosul), Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas e Federación Argentina de Graduados em Ciencias Económicas, Colegio de Graduados em Ciencias Económicas del Paraguay e Colegio de Contadores del Paraguay, Colegio de Contadores, Economistas y Administradores del Uruguay, Colegio de Contadores de Chile

V ENESUL

O COFECON e o CORECON/RJ apoiam o
V ENESUL a realizar-se nos
dias 13 e 14 de julho,
no Hotel Embaixador em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
Veja abaixo a grade de programação do evento.

DIA 13 DE JULHO DE 2000

18:00 horas - Credenciamento dos participantes
19:30 horas - Solenidade de Abertura
Convidado Especial: Exmo. Sr. Olívio Dutra
Governador do Estado do RS
Presidente do CORECON/RS
20:00 horas - Pronunciamento do economista Gustavo Adolfo C. Vasconcelos
(Presidente do COFECON, Secretário Municipal Adjunto de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) sobre "*A inserção social do economista*"
20:30 horas - Confraternização

DIA 14 DE JULHO DE 2000

08:30 horas - PAINEL I: A REGIÃO SUL E O BRASIL - Perspectivas de Desenvolvimento: Integração e Disparidades
Coordenador: representante do COFECON
Painelistas: Economista Gilmar Mendes Lourenço - PR
"*Dinâmica Recente da Economia Paranaense*"
Economista Hoyedo Nunes Lins (UFSC) - SC
"*Possibilidades de uma política de desenvolvimento local/regional com base na noção de cluster*"
Prof. Dr. Marcelo Savino Portugal (IEPE/UFRGS) - RS
"*Fatores de crescimento da economia gaúcha e perspectivas de desenvolvimento regional*"
14:00 horas - PAINEL II: A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA E O MERCADO DE TRABALHO

Tema 1: O "*provão*" do MEC na avaliação dos cursos de economia
Prof. Dr. João Rogério Sanson (UFSC); Prof. Dr. Gentil Corazza (UFRGS);
Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis (Coord.CCE/PUCRS, ANGE)
Tema 2: *Como os cursos de economia estão respondendo aos novos desafios do mercado de trabalho*
Economista José Luiz Pagnussat (Presidente da Ange); Profª Dra. Otilia Beatriz Carrion (Diretora FCE/UFRGS); Profª Dra. Maria Cristina Passos (Coord. CCE/UNISINOS, FEE)
Tema 3: *Mercado de Trabalho*
Economista Juarez Varallo Pont (PPGE/UFPR, COFECON); Economista Lúcio Flávio S. Paz (ABAMEC, CORECON/RS); Economista Antonio Carlos B. Jaques (RS Projetos, COFECON); Economista Erik Sasdeli Camarano (Polo/RS)

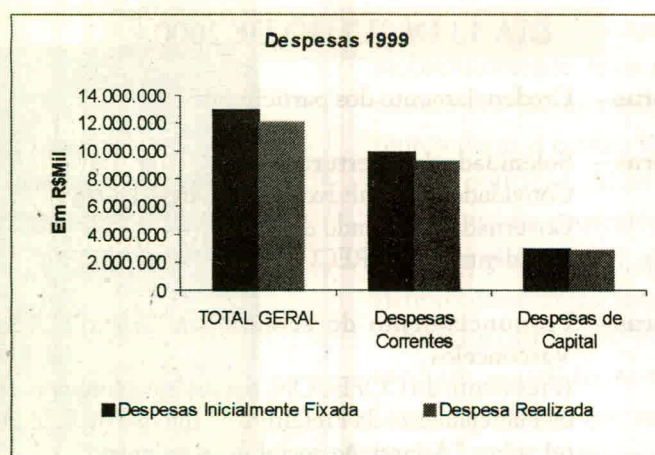
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Conselho Regional de Economia da 4ª Região/RS
Rua Siqueira Campos, 1184 - 6º andar
Fone (0xx51) 224-2748 - Fax 224-2622
E-mail: corecon-rs@cofecon.org.br

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

O Fórum, em continuidade a sua nova atuação – acompanhamento das contas estaduais – apresenta nesta edição a análise do ocorrido no orçamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro no exercício financeiro de 1999.

DESPESAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999



O orçamento do Estado do RJ fixou uma despesa de R\$ 12,8 bilhões para o exercício financeiro do ano 1999. Através das alterações (reforços e cancelamentos) que são feitas ao longo do ano nas despesas fixadas na lei orçamentária, chegou-se a uma despesa autorizada de R\$ 16,7 bilhões. Mas na verdade o Estado realizou R\$ 11,9 bilhões de despesas, que correspondem a 71% da despesa autorizada. Restando ainda a ser pago R\$ 603,2 milhões.

As despesas correntes realizadas foram de R\$ 9,2 bilhões, ou seja, -7% do total fixado na lei orçamentária. Com a rubrica pessoal e encargos sociais foram despendidos R\$ 4,9 bilhões, correspondendo a mais da metade das despesas correntes. Os gastos com pessoal e encargos sociais são os mais altos comparativamente aos outros elementos de despesas, correspondendo a 41% do total das despesas realizadas pelo Estado. Apesar da reestruturação contábil promovida pelo atual governador na qual foi criado um fundo – Rioprevidência – alocando as despesas destinadas aos inativos.

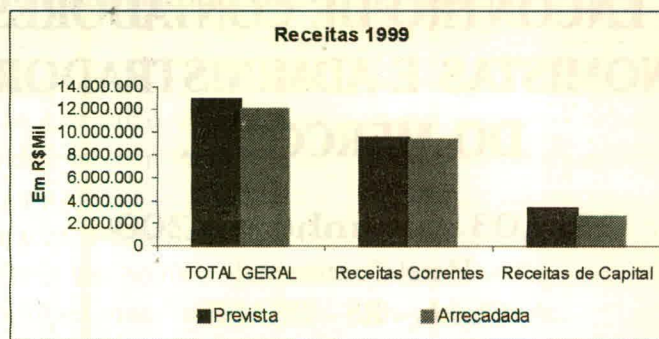
A despesa fixada no orçamento para os juros e encargos da dívida foi de R\$ 446,2 milhões, dos quais R\$ 381,6 são com dívida interna e R\$ 64,5 com a dívida externa. A despesa realizada com os juros e encargos da dívida interna foi de R\$ 284,6 milhões, quase R\$ 100 milhões a menos da sua despesa inicialmente fixada. Já com a dívida externa a despesa realizada foi bem próximo a fixada no orçamento. Acreditamos que tal diferença seja decorrente do acordo com a União.

Das transferências a outras unidades aquela que tem maior peso relativo sobre o total destas são as transferências a municípios, onde foram gastos R\$ 2,5 bilhões (somente foram realizadas despesas com contribuições), o que equivale um gasto de R\$ 111,2 milhões a mais do que tinha sido fixado no orçamento.

A despesa de capital fixada na lei orçamentária foi de R\$ 2,9 bilhões, com as alterações feitas ao longo do ano, a despesa autorizada de capital chegou a 5,8 bilhões, mas na verdade só foi realizada uma despesa de R\$ 2,7 bilhões. A despesa com investimentos foi de R\$ 286 milhões, correspondendo apenas a 2% do total geral das despesas realizadas. A lei orçamentária fixou uma despesa de R\$ 1,28 bilhões com investimento e muito menos da metade, ou seja, 22% desta foram realizadas, mesmo tendo sido autorizada uma despesa de R\$ 1,23 bilhões.

As despesas realizadas com amortização da dívida foram de R\$ 2,44 bilhões, nota-se então que esta despesa já corresponde a quase toda a despesa de capital realizada, ou melhor, 90% desta. Quase toda com amortização da dívida interna que corresponde a R\$ 2,43 bilhões. O governo do Estado ainda esperava gastar mais com amortização da dívida, pois foi autorizada uma despesa de R\$ 4,6 bilhões. De acordo com a renegociação da dívida com a União, parte do pagamento do Estado à União seria feito à vista (20% da dívida) com os recursos arrecadados dos royalties do petróleo que seriam antecipados no valor de R\$ 2,03 bilhões, este é o motivo pelo qual o Estado acabou gastando menos com a amortização da dívida no ano de 1999.

RECEITAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999



No ano de 1999 a receita estimada foi de R\$ 12,8 bilhões, sendo arrecadado um total de R\$ 11,9 bilhões, ou seja, uma diferença de aproximadamente -7%. Cabe assinalar que o atual governante promoveu um "corte" de 20% na estimativa das receitas feita pelo governo anterior. Conforme podemos notar, a redução aproximou as receitas da realidade.

As receitas correntes foram de R\$ 9,5 bilhões para uma previsão de R\$ 9,4 bilhões, dando uma diferença de 0,77%. Apesar de ter arrecadado pouco menos do que o previsto, alguns elementos desta categoria de receita tiveram diferenças percentuais muito acima deste.

O total de impostos arrecadados foi de R\$ 7,6 bilhões; uma diferença de 7,5% ao que foi previsto. Dos impostos, aquele que teve uma diferença onde mais chamou atenção foi o imposto sobre transferências de Bens Imóveis – ITBI, este teve uma previsão de arrecadação de R\$ 5,4 milhões e foi arrecadado R\$ 1,07 milhões, 80% a menos do que foi previsto. De taxas foram arrecadadas 6,42% a menos do que foi previsto, dando um total de R\$ 118,4 milhões. A maior parte das taxas tiveram uma diferença da receita prevista para a arrecadada negativa, a taxa que fez com que esta diferença não fosse ainda mais alta foi a de emolumentos (receitas oriundas de taxas cobradas em cartórios) onde teve uma previsão de R\$ 2,2 milhões contra uma arrecadação de R\$ 21,5 milhões!

A receita patrimonial, decorrentes de bens mobiliários e imobiliários, teve uma previsão de R\$ 115,4 milhões, onde foi arrecadado menos do que a metade, R\$ 46,7 milhões. Esta diferença deve-se basicamente a receita patrimonial de valores mobiliários, onde foi previsto R\$ 114 milhões e arrecadado R\$ 45,2 milhões.

De transferências correntes foram arrecadado um total de R\$ 1,3 bilhões, menos 25% do que foi previsto. As transferências que levaram a este resultado foram as transferências da União e as de Convênios. Com as transferências da União arrecadou-se R\$ 997 milhões, R\$ 128 milhões a menos do que o previsto. E com as transferências de Convênios foram arrecadadas R\$ 245,8 milhões, especificamente a transferência de convênios de Pessoal Militar da União que teve uma previsão de R\$ 231,3 milhões, sendo que não teve arrecadação.

A receita da dívida ativa (são dívidas arrecadadas pelo não pagamento de tributos entre outros até o prazo determinado) teve arrecadação de R\$ 11,8 milhões, 7,5% a mais foi arrecadado em relação ao que foi previsto.

As receitas de capital tiveram arrecadação de R\$ 2,5 bilhões, 24% a menos do que foi previsto. Boa parte desse resultado deve-se a grande diferença entre o previsto e o arrecadado em alienações de bens, de um total previsto de R\$ 305,8 milhões, foi arrecadado R\$ 87 milhões apenas. E também ao arrecadado com transferências de capital, especificamente as transferências dos Estados, onde foi arrecadado R\$ 28,6 milhões, contra uma previsão de R\$ 104 milhões. Destas receitas, aquela que tem o maior peso sobre o total das receitas de capital são as operações de crédito que correspondem a R\$ 2,4 bilhões do que foi arrecadado com estas.

Analisando estes resultados conclui-se que apesar do total geral de receitas arrecadadas ter sido de 7,5% a menos do que a previsão na lei orçamentária do exercício de 1999, nota-se alguns desequilíbrios desta relação em algumas fontes de receitas específicas, como as receitas patrimoniais, as transferências correntes, alienações de bens. Todas estas tiveram uma arrecadação bem longe do que foi prevista no início do exercício financeiro.

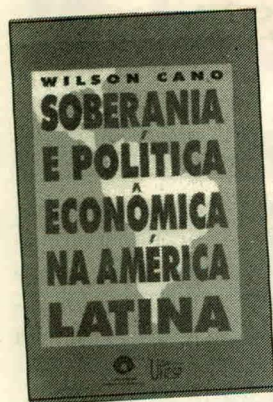
FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo, sob supervisão de Luiz Mário Benhken. Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121
E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>
Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

ABRE ASPAS

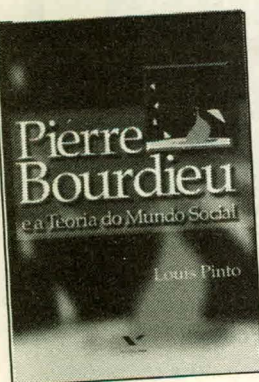


SOBERANIA E POLÍTICA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA, de Wilson Cano – Editora UNESP, São Paulo/2000. Na obra o economista Wilson Cano, busca explicitar os equívocos e os efeitos desastrosos do modelo neoliberal, atualmente posto em prática pelos governos latino-americanos. O primeiro capítulo do livro “Soberania e política econômica: o retrocesso pós-1979”, oferece uma visão geral em que se discutem, inicialmente, os anos que vão de 1929 a 1979. A seguir, o autor analisa o período posterior a 1979, quando os Estados Unidos voltaram a assumir uma posição hegemônica no cenário internacional e retomaram as ações por meio das quais impuseram aos países latino-americanos o chamado “Consenso de Washington”, centrado na dominação da finança internacional. Com muito menos brechas, coragem e vontade política para um enfrentamento internacional responsável e cooperativo, o grau de conformismo (década/80) e o de subordinação (década/90) só fizeram aumentar. Os capítulos seguintes examinam com riqueza de detalhes os casos específicos do Brasil, Chile, México, Peru, da Argentina, Colômbia e Venezuela, o que permite ao leitor comparar as principais diferenças de estratégias econômicas desses países. O livro se encerra com um estudo minucioso de um caso radicalmente diverso, a curiosa e inquietante experiência socialista de Cuba. Outras informações: Tel: (0xx11) 232-7171/Fax: (0xx11) 232-7272. E-mail: feu@editora.unesp.br.

REVISTA DE LA CEPAL, N° 70/Abril de 2000, Santiago de Chile – Director Oscar Altimir; Secretário Técnico: Eugenio Lahera. A presente publicação é a primeira de uma série de três números lançados anualmente pela CEPAL. Os temas abordados são respectivamente: *Brasil: opções futuras* (Celso Furtado); *Grandes perturbações macroeconômicas, expectativas e respostas de política* (Daniel Heymann); *Os estabilizadores fiscais automáticos* (Ricardo Martner); *A experiência de abertura financeira na Argentina, Brasil e México* (M^a Cristina Penido de Freitas e Daniela Magalhães Prates); *A estratégia dos bancos espanhóis na América Latina* (Álvaro Calderón e Ramón Casilda); *O olhar de Hirschman sobre o desenvolvimento e a arte das transgressões e a auto-subversão* (Javier Santiso); *Prevenir ou reprimir: falso dilema da seguridade cidadã* (Irma Arriagada e Lorena Godoy); *O surgimento da violência doméstica como problema público e objeto de políticas* (Kathya Araujo, Virginia Guzmán e Amália Mauro); *Opções para reduzir a pobreza rural na América Latina e no Caribe* (Rúben G. Echeverría); *Equidade da educação em El Salvador* (Alvaro Carrasco Guzmán). Outras informações: Unidad de Distribución – CEPAL – Casilla 179-D – Santiago de Chile. E-mail: publications@eclac.cl.



PIERRE BOURDIEU E A TEORIA DO MUNDO SOCIAL, de Louis Pinto (tradução: Luiz Alberto Monjardim) – Editora FGV/2000. Muitos estudiosos em todo mundo analisaram o comportamento social do ponto de vista antropológico e filosófico, mas poucos aprofundaram tanto este assunto quanto Pierre Bourdieu, sociólogo francês, cujas idéias revolucionaram a sociologia contemporânea. Ousado em suas teses, Pierre Bourdieu põe em xeque a relação do indivíduo com a cultura, a ciência e tudo mais a sua volta. Longe de ser o dono da verdade, ele quer apenas que se percebam e compreendam coisas, pessoas e generalidades até então desconhecidas, visando associar o espírito de utopia ao conhecimento realista desse universo social em constante transformação. Nesta obra, o sociólogo, filósofo e pesquisador Louis Pinto procura mostrar a visão do mundo social proposta por Bourdieu – como ele interpreta fatos inseridos no contexto sócio-econômico e cultural – esmiuçando conceitos preestabelecidos. Outras informações: Tel. (021)559-5533. E-mail: editora@fgv.br.



ESTUDOS EM HOMENAGEM A HELIO JAGUARIBE – Organizadores: Alberto Venancio Filho, Israel Klabin e Vicente Barretto – Editora: Paz e Terra/2000. Por ocasião dos 75 anos de um dos maiores cientistas políticos brasileiros, Hélio Jaguaribe, um grupo de admiradores e discípulos se reuniu para oferecer-lhe uma reunião de ensaios em sua homenagem que vão da reminiscência pessoal aos estudos sobre a obra do homenageado ou sobre temas nela desenvolvidos ou que lhe são afins. Uma carreira de tal monta, que frequentemente se confunde com a história recente do país, é analisada em suas várias facetas neste volume por intelectuais como Arno Wehling, Luiz Carlos Bresser Pereira, o Padre Fernando Bastos de Ávila, Candido Mendes, Celso Lafer, Lorenzo Fernandez, Mario Vieira de Mello ou Moacyr Félix. Outros, como Aldo Ferrer e Celso Furtado, enfocam questões atualíssimas como a globalização ou a crise do capitalismo social. O livro traz ainda ensaios dos organizadores e uma longa reflexão do homenageado sobre a própria obra. O conjunto espelha à altura a contribuição desse grande pensador político à cultura em geral e à sociedade brasileira em particular. Outras informações: Tel. (011) 223-6522. E-mail: vendas@pazeterra.com.br.



LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E
RELATÓRIOS
NA CONVENÇÃO



Discursos e Relatórios na Convenção

204 páginas • Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.

Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista – 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

EVENTO

V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA E XVII ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DO NORDESTE

Ponta Mar Hotel Fortaleza - CE • 20 a 23 de Junho de 2000

CURSOS DE APROFUNDAMENTO 20 E 21 DE JUNHO

TEMAS:

- Economia Política Contemporânea
- Interpretações sobre o futuro do Capitalismo - Prof. Fernando Haddad (USP)
- Mundialização e regulação social - Prof. Jaime Marques Pereira (Université de Lille)
- O Brasil no capitalismo do final do século a desnacionalização da Economia - Prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ)
- A Atualidade da Questão Agrária no Brasil - Prof. José Juliano de Carvalho (USP)

Inscrições: até 15 de maio, mediante o envio da ficha de inscrição preenchida e cheque nominal à Sociedade Brasileira de Economia Política
VAGAS LIMITADAS

PROGRAMAÇÃO 22 E 23 DE JUNHO

Conferências e Sessões Especiais

1. Crise Financeira, Governança Monetária Mundial e Regulação Política
Prof. Jaime Marques Pereira (Universidade de Lille - França)
2. Questão Agrária - Prof. Pedro Sisnando Leite (UFCE); Prof. José Juliano de Carvalho Filho (USP)
3. Elementos para uma Crítica à Teoria do Crescimento Endógeno
Prof. Rémy Herrera (CNRS/Universidade de Paris - França)
4. Desenvolvimento e Financeirização - Prof. Jean Kregel (UNCTAD)
5. Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste: O Papel das Instituições - Prof. Clélio Campolina Diniz - CEDEPLAR/UFMG (Representante do Banco do Nordeste); Profª Tânia Bacelar (COFECON)
6. Mesa COFECON/SEP - Conjuntura Brasileira - Prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Prof. Theotônio dos Santos (UFF)

SESSÕES ESPECIAIS DO V SEP

Apresentação e Discussão de cerca de cem trabalhos, distribuídos nas seguintes mesas temáticas: Metodologia; História do Pensamento Econômico; História Econômica; Economia Brasileira; Capitalismo Contemporâneo e Socialismo; Estado; Instituições e Políticas Públicas; Economia Monetária e Financeira; Valor, Preço e Distribuição; Desenvolvimento Econômico; Economia Agrária; Economia do Trabalho e Economia Industrial.

SESSÕES ESPECÍFICAS DO XVII ENE

1. Plano Estratégico do Sistema COFECON/CORECONs
2. Grupos de Trabalhos
3. Novas Diretrizes Curriculares e a Formação do Economista
4. Proposta de Reforma do Sistema COFECON/CORECONs

INFORMAÇÕES (Secretaria do Evento)

Secretaria Brasileira de Economia Política (SEP)
SEDE: Departamento de Economia da PUC/SP
A/C: Profª Rosa Maria Marques
Rua Monte Alegre, 984 - Edifício Reitor Bandeira de Melo - Sala 131
CEP: 05014-901 - São Paulo/SP
Fones: (11) 3670-8136 e 3670-8250
Fax: (11) 3570-8135

CORECON - CE

Av. Antonio Sales, 1317 - Sala 06
Joaquim Távora, 60135-100 - Fortaleza/CE
E-mail: corecon-ce@cofecon.org.br
Telefax: (xx85) 246-1551

A inscrição dá direito à participação em todas as sessões e conferências, exceto nos cursos

CURSOS - Estudantes: R\$ 15,00 • Outros: R\$ 30,00

ENCONTRO: Associados: R\$ 35,00 (até 30/05) • R\$ 50,00 (após 30/05)
Não Associados: R\$ 70,00 (até 30/05) • R\$ 100,00 (após 30/05)

PROMOÇÃO: Conselho Federal de Economia; Conselho Regional de Economia do Ceará; Sociedade Brasileira de Economia Política

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.05.2000